

# A teoria marxista do partido\*

MICHAEL LÖWY\*\*

Este artigo passa em revista algumas concepções do partido revolucionário na teoria marxista durante o século XX. Recordemos, em primeiro lugar, muito brevemente, alguns traços da teoria do partido no próprio Marx.

Para Marx, como para Engels, a revolução social só pode ser obra dos próprios trabalhadores. Desde os anos 1846-1848, eles começam a refletir sobre o lugar de um partido comunista no processo revolucionário. Segundo eles, o papel dos comunistas, ou dos revolucionários, consiste não em permanecer – como as diversas seitas utópicas – à margem do movimento operário, pregando a verdade ao povo por meio da propaganda, mas em participar estreitamente da luta de classes, ajudando o proletariado a encontrar, na sua própria prática histórica, o caminho da revolução. Por outro lado, o partido não pode mais desempenhar o papel do chefe jacobino ou da sociedade conspiratória babouvista (G. Babeuf) ou blanquista (A. Blanqui); ele não pode se erigir acima das massas e “fazer a revolução” em seu lugar. Em outras palavras, o interesse geral das classes dominadas não deve ser alienado na pessoa de um “chefe incorruptível” ou uma “minoridade esclarecida”, localizada acima das massas. Para a *filosofia da práxis* de Marx, os oprimidos, os trabalhadores, pelo contrário, tendem para a totalidade por meio de sua prática de luta de classes. O partido comunista não é a cristalização alienada da totalidade; ele é o *mediador* teórico e prático entre tal totalidade – o objetivo final do movimento operário – e

\* Tradução do artigo “La théorie marxiste du parti”, *Actuel Marx*, 2009, n.46, por Pedro M. G. R. Barbosa. E-mail: pe.gava@hotmail.com

\*\* Pesquisador do CNRS, Paris, França. Membro do conselho de colaboradores internacionais da revista *Crítica Marxista*. E-mail: michael.lowy1@gmail.com

cada momento parcial do processo histórico da luta de classes. Em suma, o partido revolucionário de Marx não é o herdeiro do “salvador supremo”, burguês e utópico; ele é a *vanguarda* das classes dominadas que lutam para se emancipar; ele é o *instrumento* da tomada de consciência e da ação revolucionária das massas. Seu papel não é agir no lugar ou “acima” da classe operária, mas *orientá-la* para o caminho de sua autolibertação, para a revolução social.

É esta concepção do partido que Marx e Engels vão propor no *Manifesto do partido comunista* (1848) e, mais tarde, na Primeira Internacional, cujo preâmbulo de seu *Estatuto* (1864), redigido por Marx, proclama: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. E é a partir de tal perspectiva que eles vão se solidarizar com a Comuna de Paris em 1871 e combater, no interior do partido social-democrata alemão, as tendências autoritárias e ditatoriais representadas por Ferdinand Lassalle – o fundador da primeira Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (1863) – assim como, mais tarde, as tendências reformistas representadas pela ala direita ao redor de Eduard Bernstein.

É bem evidente que não se trata, aqui, de realizar um estudo geral das teorias marxistas do século XX consagradas à problemática da autoemancipação revolucionária e da relação entre massas proletárias e partidos comunistas. O quadro que desenharemos será bastante parcial: faltará, entre outros, o estudo dos principais pensadores da social-democracia do pré-guerra (Plekhanov, Kautsky etc.), assim como de Stálin e seus discípulos; faltará também, e sobretudo, uma análise do pensamento de Mao Tsé-Tung.

Esboçaremos aqui algumas hipóteses e sugestões – mais uma vez, bastante sumárias – quanto aos quadros sociais das diversas teorias. Quanto às próprias teorias, nós as analisaremos através de três temas essenciais, estreitamente ligados: 1) níveis da consciência de classe; 2) relação entre o partido e as massas, em particular durante a revolução; 3) estrutura interna do partido.

Parece-nos que os pensadores escolhidos (Lênin, Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács, Trótski) pertencem a uma mesma “corrente” no interior do marxismo, que retoma, nas condições do século XX, as teses de Marx sobre a revolução comunista e a autoemancipação do proletariado, corrente contraditória e nuançada, no interior da qual Lênin e Rosa Luxemburgo representam dois polos parcialmente opostos, parcialmente complementares, mas fundamentalmente *homogêneos*.

## O centralismo de Lênin

Os escritos de Lênin sobre os problemas de organização do partido social-democrata russo no período de 1900-1904 – em particular *Que fazer?* (1902) e *Um passo à frente, dois passos atrás* (1904) – constituem um todo coerente, expressando uma concepção tipicamente “centralista” do movimento socialista.

Explica-se habitualmente tal tendência pelas “fontes russas do bolchevismo”: o maquiavelismo e a onisciência dos chefes em Netchaiev; o “subjetivismo” de

Lavrov e Mikhailovsky; o blanquismo jacobino de Tkatchev etc.<sup>1</sup> De fato, é indiscutível que as tradições russas do século XIX – sobretudo a estrutura conspirativa do grupo terrorista *Narodnaia Volia* (“A vontade do povo”) – são um dos quadros socioculturais das teorias desenvolvidas em *Que fazer?*. O próprio Lênin reconhece isso, na medida em que ele não esconde sua admiração pelo grupo Terra e Liberdade (precursor do *Narodnaia Volia*, formado em 1876 pelos populistas e Plekhanov), que ele considera uma “excelente organização”, “que deve servir de modelo a todos nós” (Lênin, 1958, p.151). Enfim, os herdeiros diretos dos “narodniki”, os socialistas-revolucionários, futuros inimigos mortais do bolchevismo, aprovaram calorosamente o centralismo de Lênin antes de 1905.<sup>2</sup>

No entanto, é preciso tomar cuidado com as caricaturas do gênero: “Lênin igual Netchaiev”. Sobretudo, não se deve esquecer que as “fontes” não explicam grande coisa, mas demandam, pelo contrário, ser explicadas. Dito de outro modo, é preciso mostrar por quê Lênin se inspira, precisamente no período de 1901-1904, nos esquemas centralistas dos “blanquistas” russos do século XIX.

Parece-nos que é nas condições particulares do movimento social-democrata russo anterior a 1905 que se devem buscar as bases sociais das teorias de Lênin: a) caráter isolado, fechado, extremamente minoritário e incipiente da social-democracia, reduzida a alguns pequenos círculos de “revolucionários profissionais”, relativamente desligados de um movimento de massa, então de tendência mais “economicista” que política; b) dispersão, divisão e desorganização dos núcleos social-democratas; c) clandestinidade rigorosa do movimento face à repressão policial do regime czarista e, conseqüentemente, caráter restrito, “profissional” e não democrático da organização. Aliás, o próprio Lênin apresenta as exigências da luta clandestina como uma das principais justificações de suas teses centralistas (Lênin, 1958, p.132, 139, 156, 164 etc.); d) o combate dos dirigentes social-democratas reunidos no velho *Iskra* de antes de 1903 – e de Lênin em particular – contra a tendência “economicista” (Martynov, Akimov, os jornais *Rabotachaia Mysl* e *Rabotchéié Diélo*), que tendiam a reduzir o movimento operário ao sindicalismo e à luta por reformas, recusando-se a colocar o combate político revolucionário na ordem do dia. Os “economicistas” se caracterizavam pelo culto da espontaneidade sindicalista das massas operárias não politizadas e negavam por consequência a necessidade de uma organização clandestina centralizada. Mais tarde, Lênin enfatizaria várias vezes que só se pode compreender o *Que fazer?* no contexto específico de uma polêmica contra o “economicismo”.

O fundamento teórico mais geral das concepções organizacionais de *Que fazer?* e de *Um passo à frente, dois passos atrás* é a distinção radical que Lênin estabelece entre duas formas da consciência de classe do proletariado, diversas

1 Ver M. Collinet (1957), Nicolas Berdiaev (1963), D. Shub (1951) e G. Lichtheim (1962).

2 Ver I. Deutscher (1962, p.137). Um deles escreveu sobre o *Que fazer?*: “Aqui desaparece qualquer linha de demarcação entre os narodo-voltny e os social-democratas” (Lénine, 1966, p.248).

por sua natureza e por sua origem histórica: a) as formas “espontâneas” de tal consciência, que brotam organicamente das primeiras lutas proletárias, de início com um caráter emocional – “expressão de desespero e de vingança” – para mais tarde atingirem seu pleno desenvolvimento na “consciência sindical”, ou seja na convicção de que é preciso se unir em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo tais ou quais leis necessárias aos operários etc. (Ibid., p.33-34). Tais reações constituem o nível mais elevado de consciência que a classe operária poderia atingir por si mesma, deixada às suas próprias forças, no interior da esfera limitada das lutas econômicas e das relações entre operários e patrões. Mesmo quando tal consciência assume um caráter político, ela permanece inteiramente estranha à política socialista, limitando-se à luta por reformas jurídico-econômicas (direito de greve, leis de proteção do trabalho etc.). A consciência social-democrata, que não surge espontaneamente no movimento operário, mas é introduzida “de fora” pelos intelectuais socialistas, originários das classes possuidoras, só se impõe por meio de um combate ideológico, contra a espontaneidade e as tendências sindicalistas do proletariado, que o levam a submeter-se à ideologia burguesa (Ibid., p.34, 43 e 45);<sup>3</sup> b) a consciência socialista é, essencialmente, a consciência do antagonismo fundamental entre os interesses do proletariado e o regime político-social existente. Ela não chama a atenção da classe operária somente sobre si mesma, mas também sobre as relações de todas as classes entre si, sobre o conjunto da sociedade de classes, inserindo cada acontecimento singular no quadro geral da exploração capitalista (Ibid., p.34 e 78). É a partir de tal análise da estrutura da consciência do proletariado que Lênin vai construir sua teoria do partido, que se propõe a institucionalizar, em termos organizacionais, os diferentes níveis de consciência.

Em primeiro lugar, Lênin estabelece uma nítida linha de demarcação entre o partido e a classe, a vanguarda-organização e o movimento-massa, a minoria consciente e a maioria hesitante no seio do proletariado, buscando criar laços entre os dois compartimentos. Em *Um passo à frente, dois passos atrás*, ele sugere cinco níveis hierarquizados segundo o grau de organização e de consciência. No partido: 1) as organizações de revolucionários (profissionais); 2) as organizações de operários (revolucionários). Fora do partido: 3) as organizações de operários ligadas ao partido; 4) as organizações de operários não ligadas ao partido, mas de fato submetidas ao seu controle e à sua direção; 5) os elementos não organizados da classe operária que obedecem, durante as grandes manifestações da luta de classes, à direção da social-democracia (Lênin, 1953, p.39).

Os princípios que constituem o esquema das relações entre o partido e as massas são igualmente aplicados por Lênin à estrutura interna da organização revolucionária pela elaboração das seguintes regras: a) o conteúdo político da luta social-democrata e a clandestinidade obrigatória de sua ação exigem que a organização dos revolu-

---

3 Na sua origem, a tese da introdução do socialismo “de fora” não é de Lênin, mas de Kautsky.

cionários englobe “antes de tudo e principalmente os homens cuja profissão seja a ação revolucionária”, ao contrário das grandes organizações adaptadas à luta econômica, que devem ser o mais amplas possível (Lênin, 1958, p.127); b) pelas mesmas razões, é impossível conferir um caráter “democrático” ao partido (com eleições, controle sobre os dirigentes etc.). A estrutura do partido deve ser “burocrática” e centralista, fundada sobre o princípio de construção do partido do “topo à base”, de “cima para baixo”. O democratismo, o autonomismo e o princípio de organização “da base ao topo” são um privilégio do oportunismo na social-democracia (Lênin, 1953, p.6, 78 e 86); c) por consequência, a direção do partido deve estar nas mãos de um grupo de chefes “firmes e resolutos”, “profissionalmente preparados e instruídos por uma longa prática”. Os piores inimigos da classe operária são os demagogos que semeiam a desconfiança a respeito dos chefes e despertam “os maus instintos, os instintos de vaidade” da multidão (Lênin, 1958, p.136); d) finalmente, uma disciplina de ferro deve reger a vida interna do partido, disciplina para a qual os operários são naturalmente preparados pela “escola da fábrica”, mas da qual a pequena burguesia, anárquica em virtude de suas próprias condições de existência, busca escapar (Lênin, 1953, p.73-74). Face a seus adversários na social-democracia, que o acusavam de “jacobinismo” no plano organizacional, Lênin respondeu que o social-democrata revolucionário era um “jacobino ligado indissolavelmente à organização do proletariado” (Ibid., p.66).

Sem dúvida os escritos de Lênin durante o período 1902-1904 constituem um todo coerente, que deve ser estudado enquanto tal. Mas tudo isso constitui “a essência do bolchevismo” ou “a expressão acabada do leninismo”, como pretendem muitos de seus partidários e de seus adversários? Durante a época “stalinista”, *Que fazer?* foi traduzido e difundido para o conjunto do movimento comunista internacional como a palavra final de Lênin sobre os problemas de organização.<sup>4</sup> No entanto, em 1921, Lênin considerou “não desejável” a tradução de tal obra e exigiu que uma eventual publicação em línguas não russas fosse acompanhada ao menos de “um bom comentário”, “para evitar aplicações equivocadas” (Cliff, 1959, p.48).

Desde 1907, em um novo prefácio, Lênin apresentou reservas sobre tal texto, destacando que ele continha expressões “mais ou menos desajeitadas ou imprecisas”, que ele não deveria ser separado “da situação determinada que lhe deu origem, em um período já distante do desenvolvimento de nosso partido”, que ele é, enfim, “uma obra de polêmica dirigida contra os erros do *economicismo* e é deste ponto de vista que deve ser apreciado”. Além disso, Lênin afirma não ter jamais pensado em “erigir em programa, em princípios especiais, as fórmulas de *Que fazer?*”. Ele sugere que tais fórmulas correspondiam à época em que a

4 Na história do PCUS (b), escrita sob a inspiração direta de Stálin, é dito que “as teses teóricas expostas em *Que fazer?* se tornaram o fundamento da ideologia do partido bolchevique” (ver Central Committee of the CPSU (b), 1939, p.38).

social-democracia estava confinada ao quadro estreito dos “círculos”, e acrescenta: “Somente a afluência dos elementos *proletários* no partido, assim como a ação aberta de massas farão desaparecer todo traço da mentalidade dos círculos, que atualmente é só um entrave. E o princípio de uma organização democrática, proclamada pelos bolcheviques, em novembro de 1905, na *Novaia Jizn*, desde que as circunstâncias permitiram a ação aberta, já era, no fundo, uma ruptura sem retorno com o que estava obsoleto nos antigos círculos” (Lênin, 1925, p.IX-XV).

Evidentemente, a mudança profunda das teses de Lênin entre 1904 e 1907 está em estreita relação com um acontecimento histórico que se situa entre as duas datas e que mostrou a prodigiosa iniciativa política das massas operárias russas: a revolução de 1905-1906. É suficiente, para se convencer disso, ler os escritos de Lênin durante 1905, que esboçam toda uma nova visão de conjunto do movimento operário e social-democrata, concepção que não está distante, em alguns momentos, da de Rosa Luxemburgo. Antes de tudo, Lênin não fala mais de consciência “introduzida de fora”, mas de uma tomada de consciência das massas por *sua própria prática*, por sua experiência revolucionária concreta: “As massas [...] intervêm ativamente sobre a cena e combatem. Tais massas se educam pela prática, sob os olhos de todos, por força de experiências, tentativas e demarcações, colocando-se à prova e colocando à prova seus ideólogos. [...] Nada pode ser comparado, quanto à sua importância, a tal educação direta das massas e das classes no próprio curso da luta revolucionária” (Lênin, 1928b, p.105). Em seu célebre artigo de janeiro de 1905, “O início da revolução na Rússia”, ele escreve, a propósito do “domingo sangrento” de 9 de janeiro em São Petersburgo: “A educação revolucionária do proletariado fez, no espaço de um dia, mais progresso do que ela pôde fazer em meses e anos de existência monótona, calma e submissa” (Lênin, 1964, p.90). Ele chega até a afirmar, no fim de 1905, que “a classe operária é instintivamente, espontaneamente social-democrata, e mais de dez anos de trabalho da social-democracia fizeram muito para transformar tal espontaneidade em consciência” (Lênin, 1928a, p.472; destaques nossos).<sup>5</sup> Ele vê agora a relação entre os dirigentes e a classe sob uma nova luz e destaca, em um comentário de 1906 sobre a insurreição de Moscou (dezembro de 1905), que “[...] a modificação das condições objetivas da luta e, conseqüentemente, a necessidade de passar da greve à insurreição foram sentidas pelo proletariado antes de o serem por seus dirigentes. A prática, como sempre, precedeu a teoria”.<sup>6</sup>

5 Ver também o artigo de novembro de 1905, “Partido socialista e revolucionários sem partido”: “A situação particular do proletariado na sociedade capitalista conduz ao fato de que a aspiração dos trabalhadores ao socialismo e à sua união com um partido socialista surge com uma força espontânea desde as primeiras etapas do movimento” (em R. Garaudy, 1968, p.27-28).

6 Em um ensaio de 1907, Lênin compara a atitude de Marx diante da Comuna com a dos dirigentes social-democratas diante da revolução de 1905 e exclama: “Marx valoriza acima de tudo a *iniciativa histórica* das massas. Ah, se nossos social-democratas russos tivessem aprendido com Marx a apreciar a *iniciativa histórica* dos operários e camponeses russos em outubro e dezembro de 1905”!



Uma nova concepção da relação entre o partido e as massas aparece então em Lênin, que enfatiza com insistência o papel decisivo da *iniciativa própria das massas*: “A iniciativa dos próprios operários vai se manifestar agora em proporções com as quais não ousamos sonhar, ainda ontem, em nossa ilegalidade e nossos ‘pequenos círculos’ de militantes” (Lênin, 1928a, p.472). É por esta razão que ele propõe – ao encontro dos “*comitards*”<sup>7</sup> do partido – a transformação do Soviete de deputados operários em centro político da revolução, em governo provisório revolucionário. Ele esboça até uma proclamação pública de tal futuro governo, em torno do seguinte tema central: “Nós não nos isolamos do povo revolucionário, mas ao contrário, submetemos ao seu veredicto cada um de nossos passos, cada uma de nossas decisões; apoiamos-nos inteira e exclusivamente sobre a iniciativa livre que emana das próprias massas trabalhadoras” (Lênin, 1962, p.27). Finalmente, o “novo curso” se manifesta também ao nível da organização interna do partido, que recebe a adesão em massa de operários revolucionários. Um IV Congresso do partido é convocado, e Lênin exige que os delegados dos novos membros operários sejam admitidos, ao lado dos representantes dos antigos “comitês”. Além disso, ele via na decisão de convocar o IV Congresso “um passo decisivo na direção da aplicação plena do princípio democrático em nossas organizações” (Lênin, 1928a, p.467-469).

É instrutivo comparar a atitude de Lênin face à eclosão da revolução em janeiro de 1905 com a de Stálin, que é típica dos “*comitards*” do partido. Em um panfleto endereçado aos “operários do Cáucaso”, Stálin, com efeito, escreveu: “Estendamos as mãos e *cerremo-nos em torno dos comitês do partido!* Não devemos esquecer por um instante que *somente os comitês do partido podem nos dirigir dignamente: só eles* saberão nos esclarecer o caminho que leva à ‘terra prometida’: o mundo socialista”! (Stálin, 1954, p.78). Na mesma época, Lênin demandou a formação de *comitês revolucionários* – isto é, comitês em que se reunissem todos os revolucionários, social-democratas ou não – “em cada fábrica, em cada bairro, em cada cidade importante” (Lênin, 1964, p.92).

## O “espontaneísmo” de Rosa Luxemburgo

As fórmulas organizacionais de Rosa Luxemburgo, expostas em seus artigos publicados em 1903-1904 na *Neue Zeit*, órgão teórico da social-democracia alemã e na brochura *Greve geral, partido e sindicatos*, de 1906, se opõem radicalmente ao centralismo de Lênin anterior a 1905, por sua insistência na iniciativa revolucionária das próprias massas e pelas reservas que elas emitem a respeito da concentração do poder entre as mãos do núcleo dirigente do partido.

Parece-nos, mais uma vez, que é na situação do movimento operário, no caso o movimento operário alemão e, em particular, da sua ala revolucionária: a) o partido

7 O termo “*comitard*” (*komitetchiki* em russo) se refere, frequentemente de modo pejorativo, a uma pessoa que participa assiduamente de um comitê de partido político. (N. T.)

social-democrata alemão era uma organização de *massa*, legal e altamente organizada; b) as tendências oportunistas e “revisionistas” se manifestavam desde aquela época (1903-1906) na direção do partido, sobretudo no grupo parlamentar. A ala radical do SPD depositava suas esperanças nas potencialidades revolucionárias das massas, e não na capacidade de iniciativa de dirigentes burocráticos, que eram a seus olhos um elemento essencialmente receoso e conservador. Nos sindicatos, ligados ao SPD, a minoria de esquerda conduzia há muito tempo um combate árduo contra as tendências antidemocráticas e *centralistas* da burocracia sindical reformista.<sup>8</sup> Por outro lado, alguns intelectuais revisionistas (Georg Bernhard, Maximilien Harden) enfatizavam com complacência em seus ensaios político-literários a superioridade dos “dirigentes cultos” com relação à “massa cega”, atraindo a ira da crítica de Rosa Luxemburgo.<sup>9</sup> c) Para Rosa Luxemburgo, como para toda a tendência marxista do SPD, o “colapso” do capitalismo na Alemanha era pensado em termos sobretudo *econômicos* – ao contrário da Rússia czarista, onde os únicos limites imagináveis do capitalismo eram *políticos*. Isto nos permite compreender melhor não somente as divergências entre Luxemburgo e Lênin sobre a acumulação de capital,<sup>10</sup> mas também seu desacordo organizacional: para Rosa Luxemburgo, a crise “catastrófica” da economia capitalista conduziria as mais amplas massas a uma posição revolucionária, independentemente da ação “consciente” dos dirigentes – e mesmo contra os dirigentes, se eles viessem a ser um obstáculo. d) A tradição que inspirava a esquerda marxista do partido alemão era a do Partido Social Democrata dos Trabalhadores fundado em 1869 em Eisenach (com o apoio de Marx e Engels). A tendência democrática e “autonomista” se opunha ao centralismo ditatorial da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães fundada por Lassalle em 1863.<sup>11</sup>

As teses de Rosa Luxemburgo não mudaram, de 1903 a 1906, sendo que a revolução russa de 1905 apenas confirmou suas esperanças na capacidade revolucionária das massas proletárias. Seus dois artigos sobre os problemas de organização, publicados na *Neue Zeit*, assim como sua brochura sobre a greve geral, expressam a mesma teoria, por meio de três temas característicos: consciência de classe, relações partido-massas, organização interna do partido.

Para Rosa Luxemburgo, o processo de tomada de consciência das massas operárias decorria menos da propaganda das brochuras e panfletos do partido do que da experiência da luta revolucionária, da ação direta e autônoma do proletariado:

8 Ver C. E. Schorske (1965, p.10-11, 133 e 249).

9 R. Luxemburg, “Espoirs déçus”, *Neue Zeit* 1903-1904; trad. fr. “Masses et chefs”, in *Marxisme contre dictature*, Spartacus, Paris, 1946.

10 Ver L. Goldmann (1970, p.72-73).

11 Ver R. Luxemburg, “Questions d’organisation de la social-démocratie russe”, *Neue Zeit* 1903-1904; trad. fr. “Centralisme et démocratie”, in *Marxisme contre dictature*, op. cit., p.29. Segundo T. Cliff (1959, p.42), uma das fontes possíveis das concepções de Rosa Luxemburgo é sua luta contra o Partido Socialista Polonês (PPS), de tendência “social-patriota”, por um lado, e conspiradora e terrorista, por outro lado.



É pelo proletariado que o absolutismo deve ser derrubado na Rússia. Mas o proletariado tem necessidade, para isso, de um alto grau de educação política, de consciência de classe e de organização. Todas essas condições [...] somente virão da escola política viva, da luta e na luta, no curso da revolução em marcha. [...] O repentino levante geral do proletariado em janeiro, sob o forte impulso dos acontecimentos de São Petersburgo foi, na sua ação para o exterior, um ato político de declaração de guerra revolucionária ao absolutismo. Mas esta primeira ação de classe geral e direta teve uma repercussão interna ainda mais poderosa, despertando pela primeira vez, como um choque elétrico, o sentimento e a consciência de classe de milhões e milhões de homens. (Luxemburg, 1964, p.114 e seguintes)

Aqui, Rosa Luxemburgo se mostra uma discípula fiel da teoria da revolução de Marx: é na *práxis* revolucionária das massas que mudam ao mesmo tempo o “exterior”, as “circunstâncias”, e o “interior”, a consciência de classe. A consciência revolucionária só pode se generalizar no curso de um movimento “prático”, a transformação “massiva” dos homens só pode se operar na própria revolução. A categoria da *práxis* – que é, para ela como para Marx, a unidade dialética do objetivo e do subjetivo, a *mediação* pela qual a classe *em si* se torna *para si* – lhe permite superar o dilema rígido e metafísico da social-democracia alemã, entre o moralismo abstrato de Bernstein e o economicismo mecânico de Kautsky: enquanto para o primeiro a mudança “subjetiva”, moral e espiritual do povo é a condição do advento da “justiça social”, para o segundo é a evolução econômica objetiva que leva “fatalmente ao socialismo”. Isso permite compreender melhor porque Rosa Luxemburgo se opunha não somente aos revisionistas neokantianos, mas também, a partir de 1905, à estratégia de espera passiva defendida pelo “centro ortodoxo”. Do mesmo modo, é a dialética da *práxis* que lhe permite superar o dualismo tradicional encarnado no Programa de Erfurt, entre as reformas – ou o “programa mínimo” – e a revolução – ou o “objetivo final”. Pela estratégia da greve de massas, que ela propõe em 1906 (contra a burocracia sindical) e em 1910 (contra Kautsky), Rosa Luxemburgo encontra precisamente uma via capaz de transformar as lutas econômicas ou o combate pelo sufrágio universal em um movimento revolucionário geral.

Além disso, segundo Rosa Luxemburgo, no curso de um levante radical das massas operárias, a separação que o “pedantismo esquemático” quer estabelecer entre a luta econômica (sindical) e a luta política (social-democrata) desaparece: elas se tornam duas faces entrelaçadas da luta de classes, e o limite artificial traçado entre sindicato e partido socialista é apagado (Ibid., p.129 e 154). Recusando assim a oposição entre “consciência sindical” e “consciência social-democrata” (Lênin), ela sugere uma distinção entre a consciência *teórica latente*, característica do movimento operário durante o período de dominação do parlamentarismo burguês, e a consciência *prática e ativa*, que surge no processo revolucionário, quando a própria massa (e não somente os deputados e dirigentes do partido) apa-

recem sobre a cena política, cristalizando sua “educação ideológica” diretamente na *práxis*. É graças a essa consciência prático-ativa que as camadas atrasadas e não organizadas constituirão, em período de luta revolucionária, o elemento mais radical, e não o elemento atrasado (Ibid., p.60).

Evidentemente, essa teoria da consciência de classe conduz a uma concepção das relações entre o partido e as massas bastante diferente da esboçada em *Que fazer?* e *Um passo à frente, dois passos atrás*. Enquanto se opõe às tendências do parlamentarismo oportunista, que pretendem apagar toda distinção entre o partido e as camadas populares não organizadas para “afogar a elite ativa e consciente do proletariado na massa amorfa do ‘corpo eleitoral’”, Rosa Luxemburgo se recusa a criar divisões estanques entre o núcleo socialista, solidamente enquadrado pelo partido, e as camadas mais próximas do proletariado, “já treinadas na luta de classes e cuja consciência de classe aumenta a cada dia mais” (Luxemburgo, 1946a, p.21 e 28). Por essa razão, ela critica aqueles que fundamentam a sua estratégia política no que ela considera uma superestimação do papel da organização na luta de classes – o que se completa habitualmente por uma subestimação da maturidade política do proletariado ainda não organizado –, esquecendo a ação educadora da “tempestade das grandes lutas de classes”, durante a qual a influência das ideias socialistas vai bem além dos limites que sugerem as listas das organizações, ou mesmo as estatísticas eleitorais de tempos de calma. Isso não significa, evidentemente, que a vanguarda consciente deve esperar de braços cruzados a vinda “espontânea” de um movimento revolucionário. Pelo contrário, seu papel é precisamente “*antecipar* a evolução das coisas e buscar *precipitá-la*” (Luxemburgo, 1964, p.59 e 61). Enfim, resumindo em uma frase suas teses organizacionais e respondendo à célebre imagem de Lênin, que compara a social-democracia a um “jacobino indissolúvelmente ligado à organização do proletariado”, Rosa Luxemburgo proclama: “Na verdade, a social-democracia não está ligada à organização da classe operária, ela é o próprio movimento da classe operária” (Luxemburgo, 1946a, p.21 e 28).

Por outro lado, segundo Rosa Luxemburgo, a social-democracia tem como tarefa a abolição da antítese entre “dirigentes” e “massa dirigida”, entre os “chefes”, homens de Estado consumados, e a mole argila humana do “rebanho cego”, antítese que constitui o fundamento histórico de toda dominação de classe (Luxemburgo, 1946b, p.37-39). A clara consciência que as massas têm de si próprias é “[...] para a ação socialista uma condição histórica indispensável tanto quanto a inconsciência da massa foi antes a condição das ações das classes dominantes” (Ibid., p.37). Consequentemente, o papel dos dirigentes deve ser precisamente o de se despojar de sua qualidade de “chefes”, “[...] na medida em que eles fazem da massa a dirigente, e de si mesmos órgãos executivos da ação consciente da massa” (Ibid., p.37). Em suma, o único “sujeito” ao qual incumbe o papel de dirigente é o “eu” coletivo da classe operária revolucionária, cujos erros são

historicamente mais fecundos do que a infalibilidade do melhor comitê central (Luxemburg, 1946a, p.33).<sup>12</sup>

Partindo destas pressuposições, Rosa Luxemburgo recusa o que ela chama o “ultracentralismo” de Lênin em *Um passo à frente...* Esse centralismo se reveste, a seu ver, de um caráter nitidamente “jacobino-blanquista”, tendendo a fazer do Comitê Central o único núcleo ativo do partido. “Impregnado do espírito estéril do vigia noturno”, o núcleo dirigente se preocupa mais com controlar e enquadrar o movimento do que com desenvolvê-lo e fecundá-lo. A esse tipo de centralismo, adequado a uma organização de conspiradores, ela opõe o centralismo socialista, que não é outra coisa senão um “autocentralismo”: o reino da maioria no interior do partido, a concentração imperiosa da vontade da vanguarda, contra os particularismos de ordem nacional, religiosa ou profissional (Luxemburg, 1946a, p.19-25). Quanto à disciplina adquirida na “escola da fábrica”, disciplina que, segundo Lênin, torna o proletário naturalmente adaptado à disciplina do partido, ela é, para Rosa Luxemburgo, “a docilidade bem regrada de uma classe oprimida”. Ela não tem nada em comum com a autodisciplina livremente consentida da social-democracia, que a classe operária só pode adquirir extirpando até a última raiz dos hábitos de obediência e servidão impostos pela sociedade capitalista (Ibid., p.22-23).

Como conclusão, se é verdade que Rosa Luxemburgo subestimou o papel da organização na luta revolucionária, é preciso destacar que ela não erigiu, como certos “luxemburguistas”, o espontaneísmo das massas em princípio absoluto e abstrato. Mesmo em seu escrito mais “espontaneísta”, *Greve de massas, partido e sindicato* (1906), ela reconhece que o partido socialista deve tomar “a direção política” da greve de massas, o que consiste em “fornecer à batalha sua palavra de ordem, sua tendência, regular a tática da luta política etc.”; ela reconhece até que a organização socialista é “a vanguarda dirigente de todo o povo trabalhador” e que “a clareza política, a força e a unidade do movimento decorrem precisamente de tal organização” (Luxemburg, 1964, p.49 e 58). Deve-se acrescentar que a organização polonesa dirigida por Rosa Luxemburgo (SDKPiL), clandestina e revolucionária, se parecia muito mais com o partido bolchevique do que com a social-democracia alemã... Finalmente, um aspecto menos conhecido deve ser levado em consideração: trata-se da atitude de Rosa Luxemburgo com relação à Internacional (sobretudo após 1914), que ela concebia como um *partido mundial centralizado e disciplinado*. Não é a menor das ironias que Karl Liebknecht, em uma carta a Rosa Luxemburgo, critique sua concepção da Internacional por ser “demasiado centralista-mecânica”, com “muito de ‘disciplina’ e muito pouco de espontaneidade”, considerando as massas “[...] muito como instrumentos de ação, não como portadoras de vontade; como instrumentos da ação querida e decidida pela Internacional, não como que querem e decidem elas próprias”.<sup>13</sup>

12 Desta vez a crítica é endereçada a Lênin.

13 Ver K. Liebknecht (1969, p.113).

A derrota de janeiro de 1919 mostrou claramente os limites do espontaneísmo e o papel vital de uma vanguarda revolucionária potente. Talvez Rosa Luxemburgo, em seus últimos artigos em 1919, tenha se dado conta disso mais do que nunca, visto que ela insiste, dessa vez, no fato de que “[...] as massas têm necessidade de uma direção clara e de dirigentes implacavelmente determinados” (Nettl, 1966, p.765).

### **Gramsci: do conselho operário a Maquiavel**

As ideias de Antonio Gramsci sobre os problemas de organização tiveram, entre 1919 e 1934, uma evolução tão profunda e tão radical que quase seria possível falar de “ruptura ideológica”. Enquanto seus artigos, publicados durante os anos que precederam a fundação do Partido Comunista Italiano [PCI] (1921), na edição piemontesa do *Avanti*, órgão oficial do Partido Socialista Italiano [PSI], e no semanário *Ordine Nuovo*, periódico da ala comunista do PSI, colocam as questões organizacionais em termos bastante próximos do “luxemburguismo”, os cadernos redigidos no cárcere por volta de 1933-1934 (publicados por Einaudi após a guerra sob o título de *Note sul Machiavelli*) superam o “jacobino-blanquismo” e se situam diretamente sob a égide do *Príncipe* de Maquiavel. Algumas pistas sugerem claramente que essa evolução ideológica decorre das transformações profundas que o movimento operário e comunista conheceu no curso desses quinze anos, no mundo em geral e na Itália em particular.

Antes de tudo, para compreender o “espontaneísmo” implícito nos escritos de Gramsci durante o período de 1919-1920, é preciso inseri-los em seu contexto histórico-social: a) no conjunto do continente, depois da guerra, e sob a influência da revolução soviética, o movimento operário estava em um período de “ascensão de massas”, com a eclosão ininterrupta de movimentos de greve, de revoluções sociais e até de levantes comunistas (Alemanha e Hungria em 1919); b) na Itália, em particular, as massas proletárias mostravam mais iniciativa e combatividade do que as direções dos sindicatos ou do partido socialista.<sup>14</sup> Em Turim, no curso de um movimento histórico, do qual Gramsci foi testemunha direta e participante, os operários revoltados são levados a ocupar as fábricas e organizar espontaneamente Conselhos Operários; c) a direção do partido, dominada por elementos “centristas”, estava muito atrasada com relação ao nível revolucionário das massas, a ponto de no curso da greve geral de Turim ela recusar dar seu apoio integral ao movimento, que ela criticava asperamente como um “desvio anarquista”. Como Rosa Luxemburgo em 1904, Gramsci estava diante de um partido formalmente revolucionário – o Partido Socialista Italiano se pretendia “Seção da III Internacional” – mas minado interiormente pelo parlamentarismo e pelo reformismo.

14 A. Gramsci destaca o “paradoxo histórico pelo qual na Itália são as massas que empurram e ‘educam’ o partido da classe operária e não é o partido que guia e educa as massas”. Ele acrescenta: “Este partido socialista, que se proclama guia e mestre das massas, não é mais do que um pobre tabelião que registra as operações executadas espontaneamente pelas massas” (Gramsci, 1954, p.161-162).

Então não é surpreendente que Gramsci empregue, em seus artigos dos anos 1919-1920, fórmulas bastante próximas do programa da Liga Spartakus<sup>15</sup> e que nomeie Rosa Luxemburgo, ao lado de Marx e Lênin, dentre os inspiradores de sua convicção fundamental: “A revolução comunista só pode ser realizada pelas massas e não por um secretário de partido ou um presidente da república, por golpes de decreto” (Gramsci, 1954, p.489). Para Gramsci, como para Rosa Luxemburgo, são os movimentos espontâneos e incoercíveis das massas trabalhadoras que indicam o sentido preciso do desenvolvimento histórico. Esses movimentos são preparados subterraneamente, na escuridão das fábricas e na consciência de multidões, onde se forjam pouco a pouco a autonomia espiritual e a iniciativa histórica das massas (Ibid., p.96, 124 e 139).

Na Itália, a grande manifestação histórica da espontaneidade revolucionária do proletariado se concretiza nos conselhos operários de 1919-1920, no interior dos quais os trabalhadores se formavam na gestão social, se preparando para o autogoverno no Estado Operário (Ibid., p.95). Consequentemente, o poder político da massa, o poder de guiar o movimento, deve pertencer aos organismos representativos da própria massa – o Conselho e o Sistema de Conselhos – enquanto os técnicos da organização (que, enquanto técnicos, especialistas, não podem ser revogados) devem ser restringidos às funções puramente administrativas, sem qualquer poder político (Ibid., p.100). Essa estrutura das relações entre o partido e a massa se reflete no nível de sua organização interna, que deve, segundo Gramsci, se constituir “da base ao topo”: “Em cada fábrica (de Turim), existe um grupo comunista permanente com seu próprio corpo dirigente. Os grupos isolados se agrupam segundo a posição topográfica de suas fábricas nos grupos de bairro, que criam um comitê dirigente no interior da seção do partido” (Ibid., p.178).

Durante o período que vai de 1927 a 1935, o movimento operário na Europa sofreu o impacto de transformações radicais, tanto em sua relação de forças com o adversário quanto em sua própria estrutura: a) recuo geral do movimento revolucionário, estagnação política das massas, derrotas repetidas do comunismo, o que provoca, nos dirigentes, uma tendência a conferir uma importância extrema ao partido e aos “chefes”;<sup>16</sup> b) a derrota dos partidos operários coincide, na Itália e na Alemanha, com a tomada do poder pelo fascismo, apoiado por amplas camadas populares politicamente atrasadas da cidade e do campo – acontecimentos que produziram, em certos setores da *intelligentsia* social-democrata (Karl Mannheim, Erich Fromm) um profundo ressentimento e uma grande desconfiança com relação às “tendências irracionais” e ao “medo da liberdade” das grandes massas e, paralelamente, nos dirigentes comunistas, uma retirada em direção ao aparelho

15 Gramsci (1954, p.399): “A sociedade comunista não pode ser construída imperativamente, com leis e decretos: ela nasce espontaneamente da atividade histórica da classe operária...”. Ver “Que veut Spartacus”, de Prudhommeaux e Prudhommeaux (1949, p.89-98).

16 Ver C. Lefort (1953, p.1566).

do partido e um reforço da autoridade dos “chefes” sobre a “massa”; c) enfim, nesta época (1927-1935), começava a se cristalizar o processo de burocratização interna do movimento comunista – o “stalinismo” –, que atingia um de seus pontos culminantes em 1935, com os processos de Moscou e a liquidação da antiga direção bolchevique. Esses três acontecimentos: recuo das massas, vitória do fascismo e desenvolvimento do stalinismo constituem, a nosso ver, a chave para a compreensão da metamorfose das ideias políticas de Gramsci.

Um dos sintomas mais claros dessa metamorfose é a sua posição diante das teses de Rosa Luxemburgo, que, explicitamente aprovadas em 1919, são agora classificadas como teorias “apressadas e até superficialmente” desenvolvidas, a partir da experiência de 1905. Ele reprova especialmente Rosa Luxemburgo por ter subestimado os elementos “voluntários” e organizacionais da luta revolucionária, levada a isso por seus preconceitos “economicistas” e espontaneístas; ela chegou assim a uma forma de determinismo econômico rígido, agravado por um verdadeiro “misticismo histórico” (Gramsci, 1955, p.65). De acordo com as *Note sul Machiavelli*, escritas por Gramsci na prisão, o espontaneísmo, partindo de pressuposições mecanicistas, ignora a resistência da “sociedade civil” às irrupções do elemento econômico imediato (crises etc.) e esquece que as premissas objetivas só levam a consequências revolucionárias quando elas são “ativadas” politicamente por partidos e homens capazes (Ibid., p.5, 66 e 78). Para o Gramsci de 1933, o partido deve exercer o papel de um “Príncipe moderno”, herdeiro legítimo da tradição de Maquiavel e dos jacobinos. Enquanto tal, ele “assume o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico” e se torna o ponto de referência para definir o que é útil ou prejudicial, o que é virtuoso ou vicioso. Ele tem, enfim, uma “função de polícia progressista” (Ibid., p.6-8 e 26). Em outros termos: “Partindo do princípio de que existem dirigidos e dirigentes, governantes e governados, a verdade é que os ‘partidos’ foram até o presente o meio mais adequado para a elaboração dos dirigentes” (Ibid., p.18).

A organização interna do partido revolucionário obedeceria, por seu turno, aos princípios do centralismo democrático, definido como “[...] a inserção contínua dos elementos que emergem do fundo das massas na estrutura sólida do aparelho de direção” (ibid., p.76). Isso implica necessariamente uma hierarquia interna bem delimitada: na base, um elemento difuso de “homens comuns, cuja participação é caracterizada pela disciplina e pela fidelidade e não pelo espírito criativo”; no topo, o grupo dirigente, “dotado de uma força altamente coerente, centralizadora e disciplinadora, e talvez por isso inventiva”; entre os dois, um elemento intermediário, que articula os extremos (Ibid., p.53). Adicionemos, no entanto, que Gramsci não era insensível aos perigos de um tal “programa organizacional”. Suas críticas a respeito do “centralismo burocrático”, dos hábitos conservadores das burocracias dirigentes e do fetichismo alienante do partido (Ibid., p.51, 76 e 157) sugerem, apesar de tudo, uma certa continuidade entre o autor das *Note sul Machiavelli* e dos editoriais do *Ordine Nuovo*.



## A síntese teórica de Lukács

A ideia de efetuar uma síntese que supere dialeticamente o espontaneísmo e o sectarismo foi provavelmente sugerida a Georg Lukács por sua própria experiência de Comissário do Povo na efêmera República dos Conselhos Operários de Bela Kun na Hungria (março-julho de 1919). Nessa experiência revolucionária, “as energias revolucionárias espontâneas da classe operária representavam uma força imensa”, mas sua rápida derrota mostrou que “mesmo que a espontaneidade revolucionária da classe esteja na base da revolução proletária, não se pode fundar sobre esta única força a ditadura do proletariado” (Molnar, 1959, p.234-235).

Além disso, após a vitória da revolução bolchevique de outubro e da derrota do levante “Spartakista” em janeiro de 1919, foi necessário estabelecer um balanço ideológico das teses organizacionais que estavam, no processo revolucionário, passando por um teste decisivo. Nesta situação histórica, o balanço só poderia ser desfavorável ao “luxemburguismo”. No entanto, a obra de Lukács, *História e consciência de classe*, foi escrita em um período de transição (1919-1922), durante o qual a situação na Alemanha era ainda potencialmente revolucionária e o “luxemburguismo” ainda era uma corrente forte do movimento comunista europeu. Acrescente-se que o seu autor vivia em tal época na Alemanha, onde tal corrente era particularmente influente. Tudo isso nos permite compreender porque, apesar de suas reservas, tal obra permanece profundamente “impregnada” pelas concepções de Rosa Luxemburgo.

Para Lukács, os erros fundamentais do espontaneísmo luxemburguista são, por um lado, a convicção de que a tomada de consciência do proletariado é a simples atualização de um conteúdo latente e, por outro lado, o esquecimento da influência ideológica da burguesia, graças à qual, mesmo durante as piores crises econômicas, certas camadas da classe operária permanecem politicamente atrasadas. As ações de massa espontâneas são a expressão psicológica das leis econômicas, mas a verdadeira consciência de classe não é o produto automático de crises objetivas.<sup>17</sup> Ele introduz assim uma distinção, que constitui um dos temas centrais da obra, entre a “consciência psicológica” dos operários, isto é, os pensamentos empíricos efetivos da massa, psicologicamente descritíveis e explicáveis, e a verdadeira “consciência de classe do proletariado”, que é “o sentido, tornado consciente, da situação histórica da classe”. Esta verdadeira consciência de classe não é a soma ou a média do que os membros da classe pensam, mas uma “possibilidade objetiva”: a reação racional mais adequada que pode ser “adjudicada” (*zurenchnen*) a tal classe, isto é, a consciência que ela teria se fosse capaz de apreender a totalidade de sua situação histórica (Ibid., p.73 e 99).

Porém, a consciência de classe “adjudicada” não constitui uma entidade transcendental, um “valor absoluto”, flutuando no mundo das ideias; ela assume,

17 G. Lukács, *Geschichte und Klanssenbewusstsein*, Malik Verlag, Berlin, 1923; ed. fr. *Histoire et Conscience de classe*, 1960, p.343-350.

pelo contrário, uma figura histórica, concreta e revolucionária: o partido comunista. De fato, para Lukács, o partido comunista é a forma organizacional da consciência de classe que, enquanto portadora da mais elevada possibilidade objetiva de consciência e de ação revolucionária, exerce uma mediação entre a teoria e a prática, entre o homem e a história (Ibid., p.338, 358 e 368). No debate sobre as relações entre tal partido e as amplas massas não organizadas, é necessário sobretudo evitar a tendência característica da visão burguesa da história, que consiste em considerar o processo histórico real separadamente da evolução das massas. Neste erro recaem tanto o sectarismo de partido quanto o espontaneísmo, que, colocando o falso dilema “terrorismo contra oportunismo”, se encontram, em última análise, no interior do dilema burguês “voluntarismo ou fatalismo” (Ibid., p.367 e 373).

O sectarismo, superestimando o papel da organização no processo revolucionário, tende a colocar o partido *no lugar* das massas, agindo *pele* proletariado (como os blanquistas), e a congelar em uma cisão permanente a separação organizacional, historicamente necessária, entre o partido e a massa. Dissocia-se assim artificialmente a consciência de classe “correta” da vida e da evolução da classe. Quanto ao espontaneísmo, subestimando a importância dos elementos organizacionais, situa no mesmo plano a consciência de classe do proletariado e os sentimentos momentâneos das massas, nivelando as estratificações reais da consciência em seu nível mais baixo – ou, no melhor dos casos, no nível médio. Renuncia assim a fazer avançar o processo de unificação de suas estratificações no nível mais elevado possível (Ibid., p.363 e 367).

A solução dialética do problema organizacional, que superaria a alternativa “jacobinismo de partido” contra “autonomia das massas”, se encontraria, segundo Lukács, na interação viva entre o partido e as massas não organizadas. A estrutura de tal interação seria moldada pelo processo de evolução da consciência de classe. Em outros termos, a separação organizacional entre o partido comunista e a classe decorreria da heterogeneidade do proletariado do ponto de vista da consciência, mas seria apenas um momento do processo dialético de unificação da consciência de toda a classe. A autonomia da organização de vanguarda seria um meio de nivelar a tensão entre a mais elevada possibilidade objetiva e o nível de consciência efetivo da média, em um sentido que faz avançar o processo de tomada de consciência revolucionária (Ibid., p.367-369 e 381).

Considerando o problema sob o ângulo da estrutura interna do partido comunista, Lukács busca, mais uma vez, evitar os esquemas reificados do centralismo burocrático e do “autonomismo” exagerado. Se ele enfatiza que a capacidade de iniciativa revolucionária supõe uma forte centralização e uma divisão do trabalho considerável, ele observa, no entanto, os riscos de burocratização que representa a oposição entre uma hierarquia fechada de funcionários e uma massa passiva de aderentes que segue com uma certa indiferença, onde se misturam confiança cega e apatia. Em conclusão, Lukács insiste sobre a necessidade de uma interação

concreta entre a vontade dos membros e a da direção central do partido. Por meio desta relação, pode ser abolida a oposição abrupta – herdada dos partidos burgueses – entre chefes ativos e massa passiva, entre dirigentes que agem no lugar das massas e massas contemplativas e fatalistas (Ibid., p.378-380).

### Trótski e o bolchevismo

Trótski considerava sua desconfiança, anterior a 1917, com relação ao bolchevismo leninista um dos grandes erros de sua vida política.<sup>18</sup> Esta desconfiança, que se expressou pela primeira vez durante o histórico Congresso da ruptura, em 1903, foi justificada por ele, em termos bastante próximos aos que se encontram em Rosa Luxemburgo, no panfleto *Nossas tarefas políticas* (1904). Como Rosa Luxemburgo, o jovem Trótski destacava que era necessário escolher entre o jacobinismo e o marxismo, porque o social-democrata revolucionário e o jacobino representam “dois mundos, duas doutrinas, duas táticas e duas mentalidades opostas”. O fio condutor (*leitmotiv*) do panfleto era o perigo do “substitucionismo” representado pelos métodos defendidos por Lênin, métodos que tendem a substituir a classe operária pelo partido e que, no interior do próprio partido, resultavam na seguinte evolução: “a organização do partido (um pequeno comitê (*petit comité*) começa a substituir o conjunto do partido; depois o comitê central substitui a organização e, finalmente, um ‘ditador’ substitui o comitê central”. Contra este perigo, Trótski proclama orgulhosamente sua esperança de que “[...] um proletariado capaz de exercer sua ditadura sobre a sociedade não tolerará um poder ditatorial” (Deutscher, 1962, p.134, 132 e 135).<sup>19</sup>

Embora ele critique os bolcheviques, ele não se junta, no entanto, às teses puramente espontaneístas dos “economicistas”, mas tende a rejeitar os dois do mesmo modo: nenhum deles pode dirigir o proletariado, os primeiros (que ele chama “os políticos”) porque querem substituí-lo, os outros porque se arrastam atrás dele. Enquanto os “economicistas” “caminham na cauda da história”, os “políticos” “tentam transformar a história em sua própria cauda” (Trotsky, 1970, p.127). Esta dupla demarcação também aparece nos escritos sobre a revolução de 1905, onde ele opõe o social-democrata marxista – para o qual a tomada do poder é “a ação consciente de uma classe revolucionária” – ao blanquismo, que só se apoia na iniciativa de organizações conspirativas formadas independentemente das massas, e também ao anarquismo, que remete à irrupção espontânea e elementar das massas. Na realidade, por trás desta “simetria” aparente está uma tendência visível a apagar o papel do partido no processo revolucionário, tendência que se expressa claramente em passagens como esta: “A vontade subjetiva

18 Lênin, por outro lado, insistiu em seu “Testamento” de dezembro de 1922: não se deveria repreender Trótski por seu “não bolchevismo” passado.

19 Na visão de Deutscher, este panfleto era completamente injusto em relação a Lênin, mas constituía, por outro lado – com uma intuição visionária –, um espelho fiel do futuro stalinista da URSS (Ibid., p.138-140).

do partido [...] é só uma força entre mil e ela está bem longe de aparecer como a mais importante”.<sup>20</sup>

Outro tema comum a Trótski e Rosa Luxemburgo, que surge após 1905 – que não será abandonado por Trótski em sua fase bolchevique, antes o contrário –, é o do conservadorismo ou da inércia organizacional dos grandes partidos socialistas, dos quais ele acredita, no entanto, que o proletariado europeu saberá se livrar, graças à influência da futura revolução russa.<sup>21</sup>

O processo de conversão de Trótski ao bolchevismo começou sobretudo durante a guerra mundial. Os marcos principais desta “longa marcha em direção a Lênin” foram: a) a ruptura em fevereiro de 1915 do “bloco de agosto” (do qual Trótski participava, desde 1912, ao lado de mencheviques e certos bolcheviques dissidentes); b) a orientação pró bolchevique do jornal de Trótski, *Naché Slovo*, a partir de 1916; c) a colaboração de Trótski exilado na América com o círculo bolchevique que publicava *Novyi Mir* (1917). A adesão final se concluiu no fogo da revolução, em julho de 1917. Só se pode compreender a “bolchevização” de Trótski à luz dos acontecimentos chocantes do ano de 1917, que lhe mostraram os limites do movimento espontâneo das massas, o qual, deixado por si mesmo, permite as manobras dos “moderados” burgueses (fevereiro) ou leva a derrotas terríveis (julho); assim como a necessidade premente de uma *organização* de vanguarda solidamente enraizada no proletariado e capaz de *dirigir* a insurreição pela tomada do poder.

Duas outras considerações permitem esclarecer a decisão de Trótski: a) uma vez que seu “conciliacionismo” de 1912-1914 estava fundado sobretudo na hipótese de que uma crise revolucionária levaria à fusão das duas frações da social-democracia russa, a crise de 1917, criando um abismo entre o reformismo menchevique e a radicalização revolucionária do partido de Lênin, o obrigou a abandonar esta premissa equivocada e a escolher uma das duas correntes. É por esta razão que Lênin destacou, em um discurso de 14 de novembro de 1917, que depois de Trótski ter compreendido que a unidade com os mencheviques era impossível, “não houve melhor bolchevique do que Trótski”; b) o partido bolchevique ao qual ele aderiu não era idêntico ao de 1904. Não somente ele havia se tornado um partido inserido no movimento de massas, mas tinha operado, sob o impulso das teses de abril de Lênin, um giro à esquerda que incorporou o essencial da estratégia da revolução permanente de Trótski (alguns “velhos bolcheviques” até acusaram Lênin de ter se tornado “trotskista”...).

20 Ver L. Trotsky (1962, p.229, e 1923, p.221).

21 L. Trotsky (1962, p.246): “Os partidos socialistas da Europa, sobretudo o maior deles, o partido social-democrata alemão, desenvolveram seu conservadorismo na medida em que as grandes massas abraçaram o socialismo e se tornaram organizadas e disciplinadas [...]. A enorme influência da revolução russa mostra que ela destruirá a rotina e o conservadorismo do partido, e colocará na ordem do dia a questão da prova de forças aberta entre o proletariado e a reação capitalista”. Trótski citará o início desta passagem em 1917, mas extraindo uma outra conclusão.

Para além disso, esta adesão não poderia ser feita sem uma “revisão dilacerante” por Trótski de suas antigas concepções organizacionais, revisão não somente em relação ao bolchevismo, mas, em geral, ao tema do papel da organização de vanguarda na revolução proletária. Uma leitura “sintomática” dos primeiros artigos “bolcheviques” de Trótski em 1917 permite identificar o início da virada em seu pensamento. Particularmente esclarecedor é um ensaio sobre a “tática internacional” de setembro de 1917, no qual ele cita suas observações de 1906 (do livro *Balanço e perspectivas*) sobre o conservadorismo dos partidos socialistas europeus. Mas, enquanto em 1906, esta análise concluía com uma proclamação vaga sobre a capacidade do proletariado a quebrar a camisa de força da rotina burocrática conservadora, em 1917 Trótski extrai uma conclusão totalmente diferente: “Novos tempos demandam *organizações novas*. No batismo do fogo, *partidos revolucionários estão sendo criados em todos os lugares*” (Trotsky, 1967, p.42; destaque nosso).<sup>22</sup>

A derrota dos Spartakistas alemães em 1919 foi provavelmente, aos olhos de Trótski, a confirmação final da justeza dos princípios organizacionais do bolchevismo. Ele via a causa principal das dificuldades da revolução alemã precisamente na “ausência de um partido revolucionário centralizado, liderado por uma direção combativa cuja autoridade seja universalmente aceita pelas massas trabalhadoras” (Trotsky, 1959b [1919], p.13). Desde esta época (1917-1919) e até a sua morte, a convicção da importância crucial do partido como direção revolucionária das massas e como condição absolutamente necessária para a tomada do poder pelo proletariado tornou-se um dos eixos centrais do sistema teórico elaborado por Trótski.

Durante um curto período (1920-1921), esta convicção assumirá uma forma extremada, caracterizada por um ultracentralismo autoritário (aliás, condenado por Lênin e pela maioria do partido bolchevique): a militarização do trabalho e a estatização dos sindicatos. Depois da superação do episódio “autoritário-militarista”, Trótski começa a desenvolver uma concepção nova de partido, que ele considerará sempre como a continuação autêntica do bolchevismo (seu movimento de oposição na URSS e depois no exílio será nomeado “bolchevique-leninista”). Esta concepção traduz uma confiança inabalável na potencialidade revolucionária das massas, ao mesmo tempo em que atribui uma importância absolutamente decisiva ao partido de vanguarda. O tema que une estas teses aparentemente contraditórias é o do papel conservador das direções burocráticas no interior do movimento operário.

Este tema é também o primeiro que aparece nos escritos após o interlúdio de 1920-1921. Ele surge desde 1922, quase imperceptivelmente,<sup>23</sup> e se torna o centro

22 Em um outro artigo do mesmo período, Trótski declara, enquanto bolchevique: “Incumbe hoje ao nosso partido, à sua energia, solicitude e insistência, extrair todas as conclusões inexoráveis da situação presente e, à frente das massas exaustas e deserdadas, engajar-se numa batalha determinada por sua ditadura revolucionária” (Ibid., p.33).

23 Ver sobre este tema I. Deutscher (1964, p.84-87).

de suas preocupações em 1923, quando ele denuncia, no *Novo curso*, a tendência progressiva do aparelho a “opor [...] os quadros dirigentes ao resto da massa, que não é para eles mais do que um objeto de ação”, assim como o perigo do “substitucionismo”, que surge quando os métodos do aparelho eliminam a democracia viva e ativa no interior do partido, isto é quando “a direção pelo partido é substituída pela administração por seus órgãos executivos (comitê, bureau, secretário etc.)” (Trotsky, 1957, p.13 e 19).

A primeira formulação articulada e desenvolvida da teoria trotskista do partido se encontra na *História da revolução russa* (1932), na qual ele estuda o problema do papel da direção e das massas na crise revolucionária, à luz da experiência de 1917 (mas também daquela das derrotas de 1919 e 1923 na Alemanha, de 1925-1927 na China e de 1931 na Espanha). Esta teoria é construída sobre dois eixos dialeticamente complementares: a) o traço mais incontestável de toda revolução é a intervenção direta das massas na história; b) “do mesmo modo que um ferreiro não pode agarrar de mãos nuas um ferro quente, o proletariado não pode, de mãos nuas, tomar o poder: ele precisa de uma organização apropriada a esta tarefa”: o partido, *instrumento* necessário e insubstituível das massas operárias revolucionárias.

No início da revolução, as massas são colocadas em movimento sobretudo pelo “sentimento amargo de não poder tolerar por mais tempo o antigo regime”. Apenas a direção da classe, o partido, possui um programa político claro. Mas este programa, por seu turno, só se torna efetivo quando é aprovado pelas massas, quando as massas tomam consciência dos problemas *graças à sua experiência concreta* no curso do processo revolucionário. É à luz desta dialética complexa entre partido/classe que é necessário compreender o papel dos bolcheviques em 1917: de um lado, “[...] o bolchevismo era absolutamente estranho ao desprezo aristocrático da experiência espontânea das massas. Ao contrário, os bolcheviques partem desta experiência e constroem a partir dela. Nisto residia uma de suas grandes vantagens”; de outro lado, em outubro, o partido soube combinar a conspiração com a insurreição das massas, *conspiração* não de estilo blanquista, *no lugar* da insurreição, mas ao contrário, *no interior* dela, regulada com base no estado de espírito das massas.<sup>24</sup>

Em 1933, após a derrota catastrófica do PC alemão (ou, mais exatamente, da “linha alemã” do Comintern [Internacional Comunista]), Trótski decide iniciar a construção de um novo partido mundial, a Quarta Internacional. A crítica implacável às direções burocráticas (social-democratas e/ou stalinistas) será então um dos temas políticos característicos do movimento trotskista em vias de se constituir. Nessa crítica, Trótski reivindica fortemente a herança espiritual de Rosa Luxemburgo, que “[...] opôs apaixonadamente a espontaneidade das ações das massas à política conservadora da direção social-democrata, particularmente após

24 Ver L. Trotsky (1962, p.13, 908, 13, 717 e 909-911).



a revolução de 1905”, oposição que era, “de um extremo ao outro, revolucionária e progressista” (Trotsky, 1959a [1935], p.14).

Embora ele prestasse com prazer homenagem à Rosa Luxemburgo, Trótski via sobretudo o seu movimento como o herdeiro legítimo do bolchevismo, que ele defende em um texto polêmico contra Boris Souvarine e outros, rejeitando categoricamente a tese que fazia dos bolcheviques os responsáveis pelo stalinismo e destacando novamente o papel de um partido de tipo bolchevique como *instrumento indispensável à autoemancipação das massas*.<sup>25</sup> Essa problemática se encontra em um célebre panfleto da mesma época, *A nossa moral e a deles* (1938), em que ele defende a tradição bolchevique contra as acusações de “imoralismo maquiavélico”. Seu ponto de partida metodológico é a interdependência dialética entre fins e meios. Ou, como “a emancipação dos trabalhadores só pode ser obra dos próprios trabalhadores”, um verdadeiro partido revolucionário não pode empregar meios, procedimentos e métodos que “[...] tentem fazer as massas felizes sem seu próprio apoio ou que diminuam a confiança das massas em si próprias e em sua organização, substituindo isso pela adoração dos ‘chefes’”.

No entanto, em um escrito de janeiro de 1940, pouco antes de seu assassinato, Trótski (Trotsky, 1969, p.97) reconhece que sua crítica do centralismo bolchevique, em 1904, em *Nossas tarefas políticas*, não estava inteiramente equivocada: embora fosse verdade que o panfleto fosse injusto em relação a Lênin, ele ao menos continha uma apreciação correta das atitudes dos “homens de comitê” do aparelho bolchevique.

## Referências bibliográficas

- BERDIAEV, Nicolas. *Les sources et le sens du communisme russe*. Paris: Gallimard, 1963.
- CENTRAL COMMITTEE of the CPSU (b). *History of the Communist Party of the Soviet Union (Bolsheviks): short course*. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1939.
- CLIFF, Tony. *Rosa Luxemburg*. London: International Socialism, 1959.
- COLLINET, Michel. *Du bolchévisme – évolution et variations du marxisme-léninisme*. Paris: Le Livre Contemporain, Amiot-Dumont, 1957.
- DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky: I – Le prophète armé*. Paris: Julliard, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Trotsky: II – Le prophète désarmé*. Paris: Julliard, 1964.
- GARAUDY, Roger. *Lénine*. Paris: P. U. F., 1968.
- GOLDMANN, Lucien. *Sciences humaines et philosophie*. Paris: Gallimard, 1970.
- GRAMSCI, Antonio. *Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno*. 4.ed. Torino: Einaudi, 1955.
- \_\_\_\_\_. *Ordine Nuovo*. Torino: Einaudi, 1954.

25 L. Trotsky, *Bolchévisme ou stalinisme* (1937): “Na vanguarda revolucionária do proletariado organizado em partido se cristaliza a tendência das massas para alcançar sua emancipação. Sem a confiança da classe na vanguarda, sem o apoio da classe à vanguarda, não pode haver conquista do poder”.

- LEFORT, Claude. Le marxisme et Sartre, *Les Temps modernes*, n.89, abr. 1953.
- LÉNIN, V. I. De la réorganisation du Parti (1905). In: *Œuvres complètes*, v.VIII. Paris: Éditions Sociales Internationales, 1928a.
- \_\_\_\_\_. Journées Révolutionnaires (jan. 1905). In: *Œuvres complètes*, v.VII. Paris: Éditions Sociales Internationales, 1928b.
- \_\_\_\_\_. *Œuvres*, v.VIII. Paris: Éditions Sociales, 1964.
- \_\_\_\_\_. Our tasks and the soviet of workers' deputies. In: *Collected Works*. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1962.
- \_\_\_\_\_. Préface (1907). In: *Que faire?* Paris: Librairie de l'Humanité, 1925.
- \_\_\_\_\_. *Que faire?* Moscou: Éditions en langues étrangères, 1958.
- \_\_\_\_\_. *Que faire?* Paris: Seuil, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Un pas en avant, deux pas en arrière*. Paris: Éditions Sociales, 1953.
- LICHTHEIM, George. *Marxism – an historical and critical study*. New York: Praeger, 1962.
- LIEBKNECHT, Karl. A Rosa Luxemburg: Remarques à propos de son projet de thèses pour le groupe "Internationale", *Partisans*, n.45, jan. 1969.
- LUKÁCS, Georg. *Geschichte und Klanssenbewusstsein*. Berlin: Malik Verlag, 1923.
- \_\_\_\_\_. *Histoire et conscience de classe*. Paris: Minuit, 1960.
- LUXEMBURG, Rosa. Centralisme et démocratie. In: *Marxisme contre dictature*. Paris: Spartacus, 1946a.
- \_\_\_\_\_. Masses et chefs. In: *Marxisme contre dictature*. Paris: Spartacus, 1946b.
- \_\_\_\_\_. *Grève des masses, parti et syndicats* (1906). Paris: Maspero, 1964.
- MOLNAR, E. Le rôle historique de la République hongroise des Conseils, *Acta Historica*, Revue de l'Académie des Sciences de Hongrie, t.VI, 1959.
- NETTL, J.-P. *Rosa Luxemburg*. v.II. London: Oxford University Press, 1966.
- PRUDHOMMEAUX, Andre; PRUDHOMMEAUX, Dori. *Spartacus et la Commune de Berlin 1918-1919*. Paris: Spartacus, 1949.
- SCHORSKE, Carl E. *German Social-Democracy 1905-1917*. New York: J. Wiley, 1965.
- SHUB, David. *Lenin: a biography*. New York: Mentor Books, 1951.
- STÁLIN, Joseph. Ouvriers du Caucase, il est temps de se venger! In: *Œuvres*, v.I. Paris: Éditions Sociales, 1954.
- TROTSKY, Léon. *1905* (1909). Paris: Librairie de l'Humanité, 1923.
- \_\_\_\_\_. Cours nouveau (1923). In: *Les bolcheviks contre Staline 1923-1928*. Paris: IV<sup>e</sup> Internationale, 1957.
- \_\_\_\_\_. *Histoire de la Révolution Russe*. Paris: Le Seuil, 1962a.
- \_\_\_\_\_. *Nos tâches politiques*. Paris: Pierre Belfond, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Results and Prospects* (1906). London: New Park Publications, 1962b.
- \_\_\_\_\_. Rosa Luxemburg et la Quatrième Internationale [1935]. In: La Révolution allemande de 1919-1920, *La Vérité*, 1-2-1959a.
- \_\_\_\_\_. *Stalin* (1940). v.1. London: Panther, 1969.
- \_\_\_\_\_. Une révolution qui traîne en longueur, *Pravda*, 23 avril 1919. In: La Révolution allemande de 1918-1919, supplément à *La Vérité*, 1-2-1959b.
- \_\_\_\_\_. *What Next?* (1917). Colombo, Ceylon: A Young Socialist Publication, 1967.

## Resumo

Este artigo examina as concepções de partido revolucionário entre alguns dos mais importantes pensadores marxistas do século XX, através de três questões essenciais inter-relacionadas: 1) os níveis de consciência de classe; 2) a relação do partido com as massas, em particular durante uma revolução; 3) a estrutura interna do partido. Em nossa visão, os autores escolhidos – Lênin, Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács e Trótski – pertencem à mesma “corrente” do marxismo, uma corrente que tenta desenvolver, considerando as condições do século XX, as teses de Marx sobre a revolução comunista e a autoemancipação proletária; uma corrente que é contraditória e diversa, dentro da qual Lênin e Luxemburgo representam dois polos parcialmente opostos e parcialmente complementares.

**Palavras-chave:** Marxismo; Teoria da revolução; Questão do partido; Consciência de classe; Autoemancipação proletária

## Abstract

This paper examines the conceptions of the revolutionary party among some of the most important Marxist thinkers of the twentieth century, through three inter-related essential issues: 1) the levels of class-consciousness; 2) the relationship of the party to the masses, in particular during a revolution; 3) the internal structure of the party. In our view, the chosen authors – Lenin, Rosa Luxemburg, Gramsci, Lukács, and Trotsky – belong to the same “current” in Marxism. A current that tries to develop, considering the conditions of the twentieth century, Marx’s theses on the communist revolution and the proletarian self-emancipation; a current that is contradictory and diverse, in which Lenin and Luxemburg represent two partially opposed and partially complementary poles.

**Keywords:** Marxism; Theory of revolution; Party question; Class consciousness; Proletarian self-emancipation

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

# CRÍTICA marxista

**A guerra e a esquerda**

Marcello Musto

**Da dialética da natureza à ecologia anticapitalista**

Laura Luedy

**O silêncio de Pompey**

François Albera

**DOSSIÊ: Para onde vai a América Latina?**

# 55